



O SETOR PETROQUÍMICO

Ricardo Sá Peixoto Montenegro¹

1. INTRODUÇÃO

O BNDES, sendo um dos órgãos mais atuantes da política econômica do governo e, ao mesmo tempo, exercendo as atividades de agente financiador de longo prazo mais importante do país, tem desempenhado papel de destaque no setor petroquímico, área em que a necessidade de maximização de esforços converge nos parâmetros de competitividade internacional, escala empresarial, integração vertical e capacitação tecnológica.

A linha de ação do BNDES na petroquímica tem como objetivo básico a necessidade de formar empresas de grande porte, integrando centrais com empresas de segunda geração para o suporte às de terceira geração; estabelecer a estrutura de capitais adequada para sustentar o porte empresarial e os futuros investimentos em novos empreendimentos; e criar uma estrutura de controle acionário capaz de atrair participação expressiva de investidores institucionais e de outros do mercado de capitais.

A indústria petroquímica brasileira apresenta quatro fases de desenvolvimento distintas.

A inicial (ou preliminar, pode-se dizer) estendeu-se desde o final da década de 40 até 1964. Nesse período, algumas pequenas fábricas foram implantadas por empresas privadas, quase sempre subsidiárias de multinacionais, e lançaram-se os primeiros empreendimentos estatais.

A segunda fase, de 1965 a meados da década de 70, ocorreu após as definições políticas e legislativas tomadas pelo governo federal entre 1965 e 1967, tendo como empreendimento mais importante a implantação do primeiro pólo petroquímico, em Mauá (SP), inaugurado em 1972.

A fase seguinte, que pode ser situada entre meados da década de 70 e o ano de 1990, foi marcada por extraordinária expansão e descentralização da indústria. Durante esse período, construíram-se, num único decênio, os pólos de Camaçari (BA) e Triunfo (RS), implantadas respectivamente em 1978 e 1982, e ainda foram ampliadas, no final do período, as capacidades de todos os pólos.

Finalmente, desde 1990, vem transcorrendo a fase de reestruturação como um todo, por via de privatizações, aquisições, parcerias, fusões etc., para iniciar um novo período de expansão.

¹ O autor agradece a colaboração de Luciana Gomes Neves, estagiária de economia, e Helena Yumi Kanemaru, funcionária do BNDES.

2. PERÍODO 1952-89

Importante destacar que o BNDES teve participação essencial na montagem do parque petroquímico no Brasil, sobretudo na década de 70, quando financiou o setor privado nacional, basicamente na implantação dos pólos da Bahia e do Rio Grande do Sul, assim como em investimentos no pólo de São Paulo.

Nos anos 60, o Banco começou a estudar o setor petroquímico, tendo, aliás, formulado propostas de programa de desenvolvimento da indústria química. Participou também de articulações institucionais (Petrobras, Geiquim etc.) que visavam a eliminar barreiras institucionais e técnicas à entrada nesse setor.

Os projetos da indústria química, aprovados pelo Geiquim (constituído em 1965), habilitavam-se a receber estímulos e incentivos governamentais definidos. A fim de julgar os projetos, foram estabelecidos diversos critérios de seleção, tais como :

- fortalecimento do empresário nacional e disseminação do capital das empresas;
- aperfeiçoamento e disseminação da tecnologia, da pesquisa e do desenvolvimento no país;
- atenuação das disparidades regionais no nível de desenvolvimento;
- ampliação, com melhoria de produtividade, de instalações já existentes; e
- menor apoio financeiro oficial.

Na década de 60, o BNDES chegou a propor à Petrobras um convênio de cooperação técnica e financeira (Convênio BNDE/Petrobras) para viabilizar um programa de investimentos da indústria petroquímica básica, que dinamizasse o desenvolvimento até seus ramos finais.

Nos anos 70, o Banco passou a financiar pesadamente o setor. O ciclo setorial de investimentos que se iniciou com o II PND começou com o pólo de Camaçari (Copene) e se prolongou com o de Triunfo (Copesul). Ao financiar a maioria dos empreendimentos integrantes desses pólos, o BNDES possibilitou a participação do empresariado nacional privado, viabilizando o chamado modelo tripartite (um terço do controle acionário correspondia ao empresariado nacional, um terço ao Estado, e um terço a sócio estrangeiro).

Convém destacar que a implantação desses dois pólos trouxe inúmeros benefícios, gerando renda e emprego para aquelas regiões e suas respectivas áreas de influência; melhorando a estrutura produtiva da petroquímica nacional, com substituição de importações e geração de excedentes exportáveis; desenvolvendo a infra-estrutura regional, com melhores acessos viários e respectivos terminais portuários; fortalecendo a capacidade gerencial e empresarial nas empresas de primeira e segunda geração; e auxiliando na absorção e no desenvolvimento de tecnologias dessas empresas. Ademais, criou-se toda uma ambiência na integração futura com a terceira

geração (indústrias de transformação plástica), que abastece de bens o mercado consumidor final.

O modelo citado permitiu a conjugação de esforços da iniciativa privada, interna e externa, e do governo, no sentido de instalar no país uma indústria petroquímica de porte significativo, em tempo relativamente curto.

Os capitais necessários foram diluídos, conseguindo-se com isso implantar a indústria e atrair número razoável de grupos empresariais antes estranhos ao setor. A associação com o Estado reduziu os riscos no abastecimento de matérias-primas e propiciou forte relacionamento entre as empresas. Portanto, o convívio societário entre acionistas nacionais, Estado e companhias multinacionais contribuiu para incrementar, ou mesmo formar, a capacidade gerencial, técnica e administrativa dos parceiros nacionais, qualificando-os para passos futuros.

Com relação ao pólo de Camaçari, cabe mencionar a implementação do Convênio BNDE/Copene, que será comentado mais adiante.

A atuação do BNDES como agente financeiro possibilitou a implantação do setor petroquímico com unidades em escala produtiva mundial, pois permitiu o rompimento dos limites ao endividamento das empresas, fosse quando ampliou os recursos próprios concedendo financiamento ao acionista (Finac); fosse quando, diretamente ou por intermédio de sua empresa de participação, a Bndespar, subcreveu capital de risco em suas mutuárias; fosse quando forneceu financiamentos com correção monetária abaixo da inflação.

O Sistema BNDES montou um amplo, heterodoxo e sofisticado apoio financeiro às empresas de primeira e segunda geração dos pólos petroquímicos, cujas principais modalidades de apoio foram as seguintes:

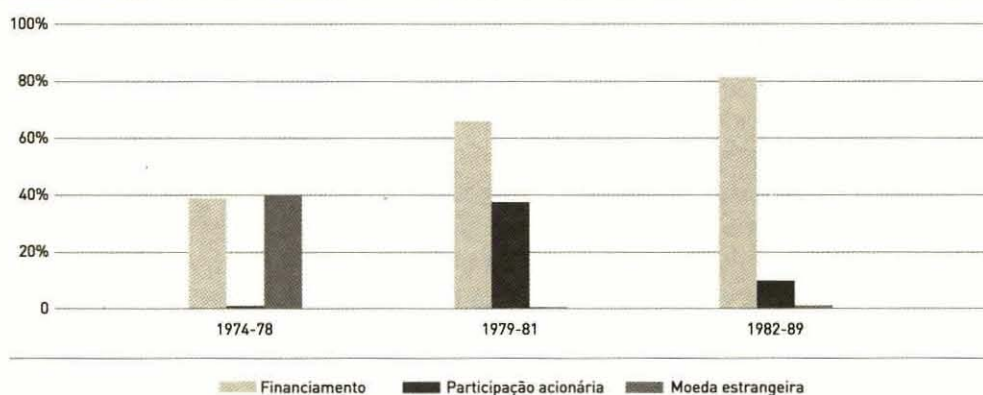
- PIB/NE: empréstimo-ponte destinado a cobrir temporariamente deficiências de liberação de recursos da parte do Finor (Art. 34/18);
- Convênio BNDE/Copene: financiamento em condições extremamente favorecidas (juros de 4% ao ano, correção monetária prefixada, prazo de amortização de catorze anos) para que as empresas de segunda geração realizassem capital na Copene (primeira geração);
- Finac: financiamento a acionistas privados nacionais, com juros subsidiados e correção monetária prefixada, para completar recursos próprios que lhes eram exigidos para manter a posição acionária que a eles fora reservada;
- Procap: financiamento a acionistas, a custo igualmente subsidiado, para a abertura do capital das empresas;
- participação acionária: especialmente da Bndespar, diretamente nas empresas ou em *holdings* de empresários privados nacionais, de modo a minimizar-lhes o esforço próprio, com cláusula de garantia de recompra; e

– reestruturação financeira: concedida a todas as empresas de Camaçari, no período de crise do início dos anos 80, para saneamento financeiro e recomposição do capital de giro denominado “Polão”.

Assim, conforme exigido pelos planos de governo, o BNDES adequou e inovou suas modalidades operacionais, a fim de superar os entraves ao crescimento das empresas.

As modalidades de colaboração financeira concedidas pelo BNDES às empresas dos pólos de Camaçari e Triunfo demonstram a grande participação de financiamentos em relação a outras modalidades, conforme se pode observar nos gráficos 1, 2 e 3.

Gráfico 1 – Modalidades de colaboração financeira dada pelo BNDES às empresas do pólo de Camaçari



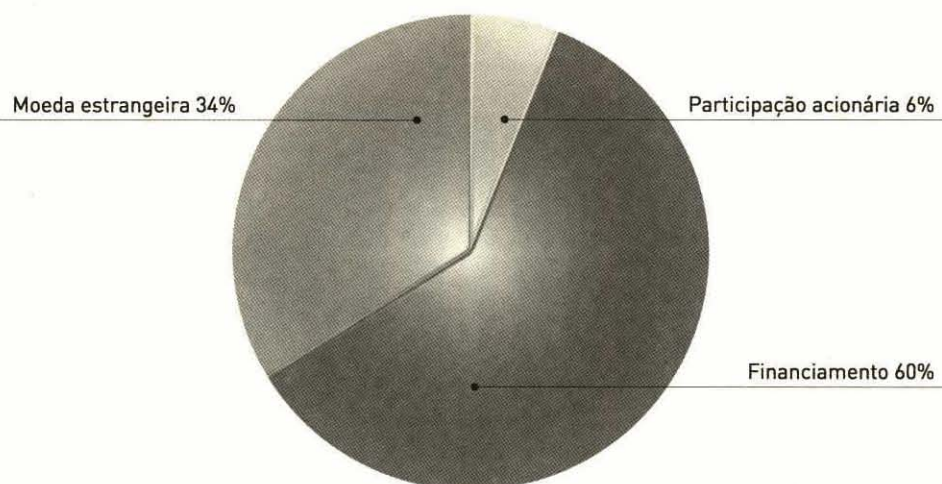
Fonte: BNDES; trabalho sobre A contribuição do BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira (1952-89), de Dulce Corrêa Monteiro Filha.

Gráfico 2 – Modalidades de colaboração financeira dada pelo BNDES às empresas do pólo de Triunfo



Fonte: BNDES; trabalho sobre A contribuição do BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira (1952-89), de Dulce Corrêa Monteiro Filha.

Gráfico 3 – Modalidades de colaboração financeira dada pelo BNDES às empresas mutuárias do pólo de Camaçari – 1974-89



Fonte: BNDES; trabalho sobre A contribuição do BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira (1952-89), de Dulce Corrêa Monteiro Filha.

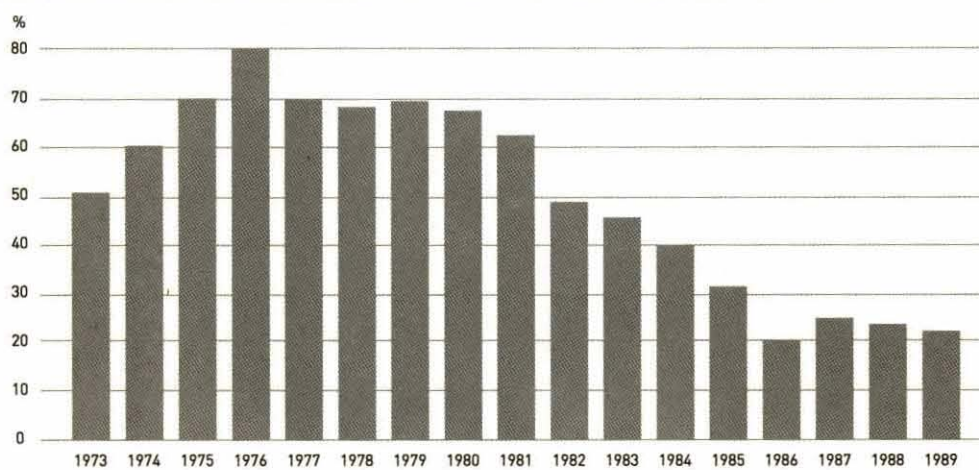
Mas, ao longo do tempo, a alternância de financiamento e capitalização, mantendo a estrutura financeira das empresas em níveis adequados e garantindo também dessa maneira a manutenção da capacidade de pagamento, foi o mecanismo que permitiu o rompimento do limite de endividamento e possibilitou importantes acréscimos no estoque de capital das empresas.

Conforme o gráfico 4, o grau de endividamento geral médio das empresas privadas de Camaçari mutuárias do BNDES, endividamento que em poucos anos atingira níveis elevados, logo se situou em patamares relativamente baixos, apesar do grande volume de recursos concedidos para cumprir os objetivos de crescimento.

Em meados da década de 80, o parque industrial petroquímico está totalmente instalado, mas tem início um período recessivo. Esgota-se não só a substituição de importações como fonte de dinamismo econômico, mas também a capacidade de endividamento do Estado. É nesse contexto que o BNDES introduz a prática do planejamento estratégico, auxiliado pela elaboração de cenários prospectivos.

O processo de planejamento estratégico e as discussões para a elaboração dos cenários levam a outra linha de atuação do Banco. Torna-se claro ser necessário uma reorientação da política econômica que se volte para a busca de maior

**Gráfico 4 – Endividamento geral médio anual
das empresas privadas do pólo de Camaçari mutuárias do BNDES
(capital de terceiros/ativo total) – 1973-89**



Fonte: BNDES; trabalho sobre A contribuição do BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira (1952-89), de Dulce Corrêa Monteiro Filha.

competitividade das empresas brasileiras, pré-requisito para aumentar a inserção do país na economia mundial.

Convém mencionar que, a fim de atingirem melhores níveis de competitividade, as empresas nacionais se esforçaram, prioritariamente, para alcançar em suas fábricas escalas produtivas de padrão mundial, ao mesmo tempo que, no incremento de seus ativos, houve melhoria da escala empresarial, apesar da diferença de porte em relação aos grandes grupos internacionais.

Assim, a partir de 1986, a BNDESPar iniciou o planejamento para privatizar os segmentos como um todo, tendo sido a desestatização da petroquímica deflagrada no início dos anos 90, como veremos mais adiante.

Para melhor visualização dos aportes financeiros realizados pelo BNDES no segmento petroquímico, a tabela 1 mostra a evolução dos desembolsos para o setor em 1973-89. Verifica-se que, nesse período, o segmento petroquímico teve participação média de 2,82% no total desembolsado pelo BNDES.

Esses recursos se referem às modalidades por via de financiamento às empresas, mercado de capitais, aplicações não-reembolsáveis e fiança e aval, dentro da classificação de operações diretas do Sistema BNDES (BNDES, Finame e BNDESPar); bem

Tabela 1 – Desembolsos do BNDES para o setor petroquímico no período 1973-89 – operações diretas e indiretas

Ano	Montante (R\$ mil de dez. 2001)	Participação dos desembolsos para a petroquímica sobre os desembolsos totais do BNDES (%)
1973 ^[1]	473.435	7,86
1974 ^[1]	571.086	5,84
1975 ^[1]	834.214	5,46
1976 ^[1]	807.856	5,12
1977 ^[1]	90.155	0,54
1978 ^[1]	121.103	0,67
1979 ^[1]	89.350	0,50
1980 ^[1]	13.339	0,10
1981 ^[2]	609.815	5,60
1982 ^[2]	467.712	3,35
1983 ^[2]	389.760	2,40
1984 ^[2]	311.808	2,16
1985 ^[2]	230.909	1,72
1986 ^[2]	322.282	2,27
1987 ^[2]	450.550	2,93
1988 ^[2]	497.006	3,83
1989 ^[2]	284.455	3,59
Total	6.564.835	2,82

Obs: [1] montante aprovado; [2] montante desembolsado.
Fonte: BNDES.

como, também, às operações indiretas por intermédio da modalidade de financiamento às empresas (BNDES e Finame).

3. PERÍODO 1990-2001

Na década de 90, o contexto internacional passou a condicionar fortemente a ação das empresas brasileiras. Os países, pressionados pelas grandes companhias que atuavam no comércio mundial, passaram a formar blocos e adotar políticas compatíveis com a nova ordem econômica de globalização.

Nesse contexto, o Brasil se viu bastante pressionado a promover a abertura da economia, mediante a redução tarifária e a diminuição drástica das barreiras não-tarifárias.

A década se caracterizou pela reestruturação do setor petroquímico, e o BNDES, como agente do desenvolvimento, desempenhou papel relevante nesse processo.

Com referência ao desempenho de aportes do Banco para o setor petroquímico na década de 90 (com extensão até 2001), a tabela 2 apresenta os desembolsos do período nas mesmas modalidades apresentadas anteriormente. Nota-se que, nessa fase, o segmento petroquímico teve participação média de 1,57% sobre os desembolsos totais do BNDES.

Tabela 2 – Desembolsos do BNDES para o setor petroquímico no período 1990-2001 – operações diretas e indiretas

Ano	Montante (R\$ mil de dez. 2001)	Participação dos desembolsos para a petroquímica sobre os desembolsos totais do BNDES (%)
1990	164.180	2,61
1991	184.898	2,65
1992	148.310	1,97
1993	118.114	1,75
1994	173.166	1,72
1995	322.186	2,51
1996	348.405	2,20
1997	341.048	1,26
1998	337.781	1,22
1999	298.732	1,28
2000	267.986	1,02
2001	378.999	1,44
Total	3.083.805	1,57

Fonte: BNDES.

Levando-se em consideração o período 1973-2001, o Sistema BNDES apoiou financeiramente o setor petroquímico com o montante de R\$ 9,649 bilhões, incluindo-se nesse valor as aprovações e desembolsos.

Vale destacar que os principais instrumentos financiadores utilizados pelo Banco para o setor petroquímico foram, além do Programa Geral de Apoio à Indústria, o Programa de Tecnologia e o Programa de Reestruturação Empresarial. Importantes, também, foram o Programa de Conservação do Meio Ambiente e o Programa de Importação de Máquinas e Equipamentos.

Em termos nacionais, o primeiro passo para reestruturar a petroquímica, a fim de que as empresas brasileiras pudessem enfrentar a concorrência das grandes companhias internacionais, foi dado com o Programa Nacional de Desestatização (PND).

O PND, instituído pela Lei 8.031/90 e revisto pela Lei 9.491/97, possuía os seguintes objetivos:

- redefinir o papel do governo federal;

- reduzir a dívida do setor público; e
- fortalecer os mercados de capitais locais.

O papel do BNDES, como gestor do PND, se pautou basicamente por:

- supervisionar consultores e auditores;
- garantir a transparência do processo de privatização; e
- recomendar as condições gerais da privatização e os ajustes prévios.

A privatização do setor petroquímico foi praticamente toda consolidada no período 1992-96. No total, o setor teve 27 empresas desestatizadas, no valor de US\$ 3,7 bilhões, já incluídas dívidas transferidas no montante de US\$ 1 bilhão.

A indústria petroquímica brasileira representa um daqueles setores industriais intensivos em capital, e com perspectivas de crescimento, em que a presença de empresas de capital nacional se faz predominante.

No tocante à privatização, esta foi efetivada de forma peculiar. A central Copene (primeira geração) já era privada em seu controle; então, reduziu-se a participação do governo federal, por via da Petroquisa, tornando esta uma acionista minoritária (à época com 15,4% do capital votante). As centrais PQU e Copesul, que eram estatais, foram privatizadas, ficando a Petroquisa com 17,48% e 15% do capital votante, respectivamente. Quanto às empresas de segunda geração das três centrais, foram também desestatizadas, mas com uma característica especial: devido ao modelo tripartite, bem como à existência de acordo de acionistas, os grupos privados controladores exerceram seus direitos de preferência, tendo sido retirada somente a participação estatal.

A opção do governo, no programa de privatização, foi pela venda isolada do controle de cada empresa em virtude dos acordos de acionistas em vigor. A alienação das empresas foi efetivada de forma individualizada, por pólos, e não em bloco.

Tabela 3 – Privatização – venda das participações do governo federal em 1992
[US\$ milhões]

Data do leilão	Empresas	Total
10/4/92	Petroflex	234,1
15/5/92	Copesul	861,5
15/7/92	Álcalis	81,4
6/8/92	Nitriflex	26,2
11/9/92	Polisul (atualmente Ipiranga Petroquímica)	56,8
29/9/92	PPH (atualmente OPP)	59,4
3/12/92	CBE	10,9
Total		1.330,3

Fonte: BNDES.

Tabela 4 – Privatização – venda das participações do governo federal em 1993-94
(US\$ milhões)

Data do leilão	Empresas	Total
19/3/93	Poliolefinas	87,1
15/9/93	Oxiteno	53,9
24/1/94	PQU	287,5
12/8/94	Acrinor	12,1
16/8/94	Coperbo	25,9
17/8/94	Polialden	16,7
17/8/94	Ciquine	23,7
18/8/94	Politeno	44,9
Total		551,8

Fonte: BNDES.

Tabela 5 – Privatização – venda das participações do governo federal em 1995
(US\$ milhões)

Data do leilão	Empresas	Total
1/02/96	Copene	270,40
1/02/96	CPC	99,70
5/10/95	Salgema	139,20
5/10/95	CQR	1,60
5/12/95	Nitrocarbono	29,60
5/12/95	Pronor	63,50
5/12/95	CBP	0,04
Total		604,04

Fonte: BNDES.

Tabela 6 – Privatização – venda das participações do governo federal em 1996
(US\$ milhões)

Data do leilão	Empresas	Total
1º/2/96	Polipropileno	81,2
1º/2/96	Koppol	3,1
-	Deten	12,1
27/8/96	Polibrasil	99,5
26/9/96	EDN	17,0
Total		212,9

Fonte: BNDES.

A permanência da Petroquisa, mesmo minoritária, no capital das empresas de primeira geração e de algumas de segunda geração deve-se ao fato de que, mesmo sendo necessário vender as participações, o próprio programa de desestatização,

entendendo a lógica da indústria de petróleo, concluiu que a Petrobras deveria manter-se no negócio.

Em 1993, a situação do setor petroquímico nacional começou a dar sinais de recuperação; e, a partir de 1994, iniciou-se uma nova etapa favorável, com o reaquecimento da economia depois do Plano Real e a recuperação dos mercados internacionais.

Como resultado, o BNDES voltou a desempenhar relevante papel na consolidação de diversos projetos petroquímicos importantes para o país, contribuindo sobremaneira na alavancagem financeira deles.

4. AGENDA DE FUTURO/PERSPECTIVAS

Em 2000, o BNDES, com a finalidade de estruturar-se para uma agenda de futuro, aprovou seu Planejamento Estratégico para o período 2000-05, tendo como missão e objetivos permanentes os seguintes pontos:

- promover e viabilizar o desenvolvimento econômico e social;
- apoiar os esforços para melhoria da distribuição de renda;
- contribuir para a geração e manutenção de empregos; e
- ampliar a disponibilidade de recursos para capitalização das empresas, pelo estímulo à expansão do mercado brasileiro de capitais.

Na Visão 2005 do Planejamento Estratégico, o setor petroquímico e sua cadeia produtiva se inserem direta ou indiretamente em diversas dimensões de atuação do Banco, tais como:

4.1. MODERNIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS

Estimular investimentos de apoio à competitividade do setor petroquímico e sua cadeia produtiva, envolvendo implantação, expansão e modernização dos empreendimentos, bem como pesquisa e desenvolvimento, capacitação gerencial, treinamento de mão-de-obra, tecnologia da informação, canais de distribuição, qualidade e produtividade, atualização tecnológica e incentivo à ecoeficiência.

Nesse enfoque, o BNDES apóia o projeto da Rio-Polímeros (quarta central petroquímica), em Duque de Caxias (RJ), onde se prevêem investimentos numa unidade integrada com capacidade de 500 mil toneladas/ano de eteno e 540 mil toneladas/ano de polietilenos (unidade *swing*: polietileno de alta densidade e polietileno de baixa densidade linear), a partir de corrente de etano/propano (gás natural proveniente da bacia de Campos). O *startup* é previsto para fins de 2004, ou início de 2005.



Copesul em Triunfo (RS)

O investimento está estimado em torno de US\$ 1,081 bilhão, e o BNDES participará com US\$ 356,4 milhões, entre capital próprio e financiamento.

A estrutura acionária está composta da seguinte forma: Unipar, 33,3%; Suzano 33,3%; Petroquisa, 16,7%; e BNDESPar, 16,7%. O projeto tem seu destaque na tecnologia usada, na escala de nível mundial e respectiva flexibilidade e na situação de mercado.

A tecnologia será da Univation, associação tecnológica da Union Carbide com a Exxon, que possuem a mais moderna tecnologia de fase gasosa, com menor custo de operação e menor investimento. A Exxon e a Union Carbide são líderes em catalisadores de metaloceno, e a Rio-Polímeros terá acesso pleno a essa nova tecnologia. Quanto à escala, a unidade de polietilenos será uma das maiores do mundo a terem sido construídas de uma só vez. A Rio-Polímeros deverá ter um faturamento de US\$ 800 milhões/ano e abastecerá entre 18% e 20% do mercado brasileiro, exportando até 30% da produção. A empresa será o maior exportador individual de polietileno e, a partir de 2007, deverá responder por mais de 50% das vendas externas brasileiras desse item.

Vale destacar que o projeto da Rio-Polímeros foi o primeiro na área industrial do BNDES a ter sido aprovado na modalidade *project finance*.

Apoiar o setor petroquímico na superação de sua complexidade societária e promover a integração das principais empresas situadas em cada pólo petroquímico.

Nesse caso, como exemplo, tem-se a Braskem (ex-Copene), cuja consolidação no tocante à reestruturação acionária foi formalmente aprovada em 16 de agosto 2002.

O controle acionário, que pertence ao consórcio Odebrecht-Mariani, fora adquirido por este em julho de 2001, durante leilão daquelas ações do antigo grupo econômico que estavam nas mãos do governo.

O BNDES, após minuciosa avaliação econômica e financeira, deu anuência à citada reestruturação do Grupo Odebrecht, tendo as incorporações o objetivo de agregar escala de produção, capturar sinergias, criar valor para todos os acionistas das empresas envolvidas e eliminar potenciais conflitos de interesses entre os sócios das empresas de primeira e de segunda geração.

A partir de 2 de setembro de 2002, as ações de emissão da Braskem SA, negociadas na Bolsa de Valores, tiveram seu nome de pregão alterado de Copene para Braskem.

Portanto, a Braskem reestruturada ficou composta, até o momento, das seguintes empresas: Copene, Polialden, Proppet, OPP, Trikem e Nitrocarbono; fora da estrutura, mas coligadas do Grupo Odebrecht-Mariani, estão ainda a Politenio e a Copesul. Como indicadores da importância da participação do BNDES na operação Braskem, destacam-se:

- o fortalecimento do setor petroquímico a partir do apoio a empresas brasileiras, com potencial competitivo para transformá-las em competidores globais;
- o fortalecimento do mercado de capitais brasileiro; e
- o potencial de valorização da ação.

4.2. EXPORTAÇÃO

Apoiar projetos petroquímicos e respectiva cadeia produtiva, visando a exportações, assim como apoiar a comercialização dos produtos de maior valor agregado.

4.3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fomentar investimentos sociais de empresas petroquímicas, articulando o exercício de sua responsabilidade social corporativa.

A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que congrega de forma significativa as empresas do setor químico como um todo, estima para o período 2002-06 investimentos de cerca de US\$ 2 bilhões no segmento petroquímico na-

cional, abrangendo projetos de empresas em andamento ou já aprovados por suas diretorias ou conselhos de administração.

O BNDES tem importante papel a desempenhar em sua agenda de futuro, e uma das primeiras tarefas é o apoio à integração.

Com a abertura da economia e a redução de barreiras à entrada no mercado brasileiro, é preciso que as empresas do país tenham competitividade internacional, mantendo custos compatíveis com o mercado globalizado, e que, no segmento de resinas termoplásticas (hoje o mais importante da petroquímica, em termos de mercado e faturamento), estreitem suas relações com os clientes de terceira geração (transformadores e fabricantes de bens de consumo final), numa visão de cadeia para procurar tomar suas decisões de investimento considerando as necessidades desses clientes.

O Banco tem defendido a integração vertical porque ela traz redução de custos de transação e porque existe a necessidade de adequar a estrutura da petroquímica à possibilidade de mudança tecnológica, rumo a maior diferenciação dos produtos termoplásticos.

A visão operacional do BNDES é a integração de produtores da primeira, segunda e terceira geração, o que deverá aumentar a competitividade da cadeia pela adoção de estratégias focadas nas necessidades dos clientes, capacitando as empresas à adoção de ações que possibilitem o fornecimento de produtos adequados ao mercado, otimizando os investimentos e adaptando o parque fabril às inovações tecnológicas que possam mudar a forma de competição nessa indústria.

A resultante terá como impacto positivo a redução das importações em todos os elos da cadeia, aumentando o valor agregado do plástico nos produtos finais, modernizando o parque fabril e focando o suprimento nas necessidades dos clientes finais e no aumento das exportações.

Desse modo, prevê-se que o BNDES terá mais uma vez papel relevante no setor, contribuindo para consolidar outra etapa de realizações no desenvolvimento do país.

BIBLIOGRAFIA

ABIQUIM. Sobre projetos de investimento (2001-06) no segmento de produtos químicos de uso industrial, da edição de out. 2001 do Departamento de Economia.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. A contribuição do BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira (1952-1989). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1994.

PERRONE, Otto Vicente. *A petroquímica brasileira e alguns de seus mitos*. Revista Petro&Química, no 234.

PESTANA DA COSTA, Aluizio. *Petroquímica brasileira: a história do seu desenvolvimento*. Revista Brasileira de Engenharia Química, nov. 1995.